

RCD no RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.285 - SP (2018/0191676-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : CONCEICAO APARECIDA GALVAO CASTILHO
REQUERENTE : ALICE KAZUE KOGA
REQUERENTE : SEBASTIANA GUERINO DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS BRAZ PAIÃO - SP154965
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARINA EMILIA BARUFFI VALENTE - SP109631
IZABEL CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA - SP107931
TATIANA MIGUEL RIBEIRO - SP209396
ISABEL CRISTINA RODRIGUES - SP161497

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por CONCEIÇÃO APARECIDA GALVÃO CASTILHO, ALICE KAZUE KOGA e SEBASTIANA GUERINO DA SILVA por meio do qual defendem a impossibilidade de baixa do recurso ao Tribunal de origem e sobrestamento do feito, ao argumento de que o prazo de dois anos estipulado pelos Tribunais Superiores não diz respeito ao curso do processo, mas, sim, à possibilidade de adesão ao acordo, ao qual afirmam não terem intenção de aderir.

É o relatório.

Decido.

Não merece acolhida o pedido ora formulado.

1. Como restou anteriormente asseverado na decisão de fls. 488 (e-STJ), no julgamento da Questão de Ordem no Resp n. 1.568.798/DF, da relatoria do Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, trazida na assentada do dia 27.11.2018, a Quarta Turma do STJ decidiu, em observância aos RE nº 591.797, RE nº 632.212 e RE 1.141.156, pela devolução **de todos os processos individuais ou coletivos, na fase de conhecimento ou execução**, ao Tribunal de origem competente para que lá permaneçam suspensos, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que, homologado o acordo coletivo, iniciou-se o prazo para a adesão dos interessados

Concluindo, cumpre ainda destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o recurso sobrestado na forma dos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC/73 (**atual art. 1040 e seguintes do CPC/15**) não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, **razão pela qual é irrecorrível**. Nesse diapasão: **AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG**, Rel. Ministro Og Fernandes, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; **AgInt no REsp 1.666.877/SE**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, TERCEIRA TURMA, DJe 04/09/2017; e **AgInt no AREsp 920.593/RJ**, Rel. Ministra Regina Helena Costa, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/08/2017, dentre outros.

De rigor, portanto, a manutenção da decisão ora atacada, sendo oportuno a advertência de que eventual recurso protelatório será, na próxima vez, apenado com multa.

2. Ante o exposto, **indefiro** o pedido ora formulado, confirmando, portanto, o comando exarado na decisão de fls. 488 (e-STJ), que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após a publicação dos acórdãos dos respectivos recursos

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

extraordinários, observe-se a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, consoante o disposto no artigo 1.040, c.c o §2º, do art. 1.041, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

